



Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 11 de julho de 2022

Horário: 10h00

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF.

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, José Roberto Bueno Junior, dando início aos trabalhos discorreu sobre os assuntos da pauta, passando, em seguida, a palavra ao Presidente do CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, que cumprimentou as autoridades presentes.

2 – MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

O Secretário-Executivo do CNPE, de acordo com os termos regimentais, passou a palavra ao Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – SPG, Rafael Bastos, que apresentou proposta de retificação da resolução do CNPE, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária do colegiado, realizada em 23 de junho de 2022, que “autoriza a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a licitar o Bloco Ametista no sistema de oferta permanente, sob o regime de partilha de produção, e aprovou os parâmetros técnicos e econômicos do contrato a ser celebrado, tendo em vista a retificação de erro técnico.”

Iniciou a apresentação, informando que na 2ª Reunião Extraordinária do Colegiado, foi aprovado os parâmetros técnicos e econômicos do bloco ametista a ser licitado, sob o regime de partilha de produção, inclusive com o valor da parcela do bônus de assinatura a ser repassado à Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA.

Segundo o Secretário, a proposta tem por objetivo reavaliar o valor da parcela do bônus de assinatura a ser repassado à PPSA, em caso de arremate do bloco de Ametista.

Em seguida fez uma contextualização sobre a previsão legal para o respectivo repasse e informou sobre a necessidade da reavaliação, tendo em vista que o repasse aprovado, anteriormente, à PPSA supera o valor aprovado do Bônus de Assinatura.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE, informou que a alteração no texto ocorreu no §9º do art. 2º que se refere a parcela do bônus de assinatura destinada à PPSA, onde foi atribuído outro valor, para o caso de o Bloco ser arrematado. Concedeu um prazo para a leitura da proposta de resolução, passando, em seguida, a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, com a sugestão do valor do repasse sem arredondamento, na proporção estipulada de 4,19%, por unanimidade, a resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, que

apresentou proposta de resolução que “Aprova o plano para viabilizar a recuperação dos reservatórios de regularização de Usinas Hidrelétricas do País, ao longo de até 10 (dez) anos”.

Iniciou a apresentação informando que a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2001, determinou no seu art. 30 que “Sem prejuízo das regras desta Lei aplicáveis ao Rio Grande e ao Rio Paranaíba, o Poder Executivo deverá elaborar, em até 12 (doze) meses a contar da data de vigência desta Lei, plano para viabilizar a recuperação dos reservatórios de regularização do País, ao longo de até 10 (dez) anos”.

O Presidente fez um relato sobre a governança de concepção e aprovação do Plano de recuperação dos reservatórios de regularização do País, salientando que o mesmo foi resultado do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CNPE nº 2/2022, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME, com a participação do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

O Plano, segundo o Presidente, é o aprimoramento integrado das políticas, planejamento, governança e regulação do setor elétrico e dos demais setores usuários de recursos hídricos no sentido de otimizar os usos múltiplos da água, garantindo a segurança: do abastecimento humano e industrial; da dessedentação de animais; dos serviços de navegação e de irrigação; do atendimento à demanda de energia elétrica através da hidroeletricidade; das atividades de recreação e turismo; e de pesca e agricultura. Destacou que as ações devem resultar em mudanças graduais que deverão convergir para o objetivo de recuperação dos reservatórios, em uma visão estrutural.

Informou ainda, que o Plano será detalhado e serão estabelecidas metas e indicadores globais de monitoramento, que serão postos em Consulta Pública pelo Ministério de Minas e Energia. Destacou que a implementação do Plano contemplará o desenvolvimento de ações por parte de diversas instituições competentes e o CNPE apreciará, anualmente, o andamento dos trabalhos.

O Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Secretário-Adjunto da Secretaria de Energia Elétrica, João Daniel de Andrade Cascalho, informou que essa foi uma demanda do Congresso Nacional e que convergiu com o entendimento de várias instituições do setor elétrico brasileiro e a gestão dos usos múltiplos das águas, o que resultará, certamente, em benefícios a serem percebidos por toda a sociedade, em termos de segurança energética e hídrica, fomentando o desenvolvimento socioeconômico brasileiro e a geração de emprego e renda.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE alertou que o Plano se encontra no bloco de notas e que foi também encaminhado, previamente, aos conselheiros, concedendo, em seguida, um prazo para a leitura da proposta de resolução. Ato contínuo, conferiu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

O Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, parabenizou a iniciativa e indagou sobre a avaliação orçamentária, no tocante à execução das medidas para os próximos 10 (dez) anos, e sobre a estruturação dessa questão no Plano.

O Presidente da EPE, Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, informou que essa proposta não detalha aspectos orçamentários, salientou que um dos instrumentos para tratar a questão da recuperação de bacias está previsto na lei de capitalização da Eletrobras, com sua destinação, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional, que tem a sua governança própria e está prevista no Plano de Recuperação de Reservatórios. As demais ações estão ordinariamente previstas nos orçamentos das instituições e dos ministérios.

Após alguns debates a respeito da questão, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Na sequência, passou a palavra ao Presidente do Conselho, Ministro Adolfo Sachsida, para suas considerações finais.

O Presidente do CNPE, agradeceu a colaboração dos Conselheiros, em especial ao Ministro Paulo Guedes, informando que será publicada, possivelmente, hoje, uma nota informativa sobre os efeitos das medidas aprovadas no Congresso Nacional sobre o impacto potencial da redução dos tributos nas faturas dos consumidores de energia elétrica. Salientou que se estima uma redução potencial nas faturas de energia elétrica para o pequeno empresário e industriais brasileiros, após a operacionalização de todas as medidas legislativas em vigor.

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que essa redução dos preços dos combustíveis pode ser um ponto de virada no efeito sobre a inflação. Destacou que Brasil está no combate de duas guerras: uma contra a pandemia e outra contra a chamada guerra física, que é contra o aumento dos preços dos alimentos e da energia. Informou que o país está fazendo uma série de reformas importantes, com sinais de queda da inflação e continuação da geração de empregos que gira em torno de 200 (duzentos) a 300 (trezentos) mil mensal, e elogiou as medidas implantadas pelo Ministro Adolfo Sachsida à frente do MME.

Por fim, o Ministro Paulo Guedes, agradeceu e parabenizou a todos pela dedicação no combate a alta dos preços.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Presidente do Conselho, Ministro Adolfo Sachsida, com registro do agradecimento a todos os presentes.